



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FORTALEZA

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/BAFZ/2026

CONTRATANTE (UASG)

BASE AÉREA DE FORTALEZA (120014)

OBJETO

Contratação de serviços de fornecimento de sonorização, iluminação, palco, tenda, gerador, painel de LED, banheiros químicos e cadeiras, destinados à realização das atividades e eventos institucionais alusivos à comemoração dos 90 (noventa) anos de criação da Base Aérea de Fortaleza, no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza (GUARNAE-FZ).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 551.215,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

26/05/2026, às 10 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por lote único - global

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	6
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	11
8. DA FASE DE JULGAMENTO	17
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	21
10. DO TERMO DE CONTRATO	24
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	25
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	26
13. DOS RECURSOS	27
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	28
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	30
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	31



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FORTALEZA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/BAFZ/2026

(Processo Administrativo nº 67221.009389/2026-72)

Torna-se público que a Base Aérea de Fortaleza (BAFZ), por meio da Seção de Licitações e Contratos (SLC), sediado na Av. Borges de Melo, nº 205, Aeroporto, CEP.: 60.415-513, Fortaleza/CE, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de serviços de fornecimento de sonorização, iluminação, palco, tenda, gerador, painel de LED, banheiros químicos e cadeiras, destinados à realização das atividades e eventos institucionais alusivos à comemoração dos 90 (noventa) anos de criação da Base Aérea de Fortaleza, no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza (GUARNAE-FZ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único (Lote 01), formado por 10 (dez) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. sociedades cooperativas;

3.6.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio; A vedação fundamenta-se no item 4.2 do Termo de Referência, que exige responsabilidade unificada e execução direta, sendo a natureza integrada e simultânea dos serviços incompatível com a divisão de responsabilidades entre consorciadas.

3.6.13. pessoas físicas

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4.2. O valor estimado total da contratação é de R\$ 551.216,00 (quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais), conforme custos unitários constantes da tabela de estimativa de preços do processo administrativo nº 67221.009389/2026-72.

4.3. Composição do Lote Único (Lote 01) – TR 2/2026:

Item	Especificação	CATSER	Und	Qtd	V. Unit. (R\$)	V. Total (R\$)
01	Sonorização Grande (console 56ch, PA, monitores, microfones)	13757	Und	5	20.000,00	100.000,00
02	Tenda Aberta 8m x 8m (pirâmide, lona branca, tubo galvanizado)	21164	Und	6	15.369,50	92.217,00
03	Iluminação Cênica (torres, fresneis, PAR 64, PAR LED outdoor)	15296	Und	4	3.645,00	14.580,00
04	Painel de LED SMD Pitch 4mm – 6m x 4m c/ operador	17639	Und	4	14.000,00	56.000,00
05	Banheiro Químico Superluxo	17612	Und	10	406,50	4.065,00
06	Grade de Contenção de Público (aço galvanizado)	22888	Und	200	399,00	79.800,00
07	Palco 12m x 10m x 1,50m c/ cobertura (ART/CREA incluso)	24376	Und	4	23.273,00	93.092,00
08	Gerador 180KVA estabilizado e silencioso c/ operador	21679	Und	6	7.239,50	43.437,00
09	Cadeira Tiffany branca (cap. 120kg)	20460	Und	200	157,72	31.544,00
10	Cadeira branca polipropileno c/ capa tecido	20460	Und	1000	36,48	36.480,00
TOTAL DO LOTE 01						551.216,00

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei

Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor menor preço por lote único;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.13. Vistoria Técnica: A vistoria prévia ao local de execução dos serviços é recomendável para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto TR, item 4.4, especialmente quanto aos pontos de energia, áreas de montagem de palco, posicionamento de equipamentos de sonorização, iluminação, painel de LED e instalação de geradores. O licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades relacionadas à execução do objeto (TR, item 4.7). Agendamento: de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 16h.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote único.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2% (dois por cento).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 7.11.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
 - 7.19.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.20.1. empresas brasileiras;
 - 7.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.20.3.. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

- 7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.22.1.. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.22.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.22.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

- 8.15. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022 .

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 9.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser

contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo número 3216 3088, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de

julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem .

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.21. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** O licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, item 9.4 do TR que mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução prévia de serviços de infraestrutura para eventos

(sonorização, palco, iluminação ou similares), em quantidades e complexidade compatíveis com o objeto licitado. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica mínima exigida.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - 10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
 - 10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
 - 10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 10.8. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:** Não será exigida garantia da contratação, item 4.3 do TR nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e os riscos envolvidos, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 10.9. **VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual item 4.2 do TR. Todos os serviços de sonorização, palco, painel de LED, iluminação e fornecimento de gerador de energia devem ser executados diretamente pela empresa contratada, em razão da natureza integrada e simultânea dos serviços, cujo fracionamento comprometeria a segurança, a compatibilidade técnica e a responsabilização contratual.
- 10.10. **EXECUÇÃO E PAGAMENTO:** A execução dos serviços ocorrerá nas datas e horários previstos no cronograma de eventos, itens 5.1 e 7.9 do TR no período compreendido entre os meses de setembro e dezembro de 2026. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da Nota Fiscal, nos termos dos itens 7.15 e 7.25 do Termo de Referência.
- 10.11. **REAJUSTE:** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado de 30/12/2025 (data do Relatório de Pesquisa de Preços). Após esse interregno, os preços serão reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do item 7.9 do Termo de Referência, item 7.9 do TR.
- 10.12. **SUSTENTABILIDADE:** A execução do contrato deverá observar as práticas sustentáveis previstas no item 4.1 do Termo de Referência e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (Decreto nº 7.746/2012), incluindo: utilização de equipamentos de baixo impacto ambiental (I); preferência por equipamentos com maior eficiência energética, especialmente sistemas de iluminação LED e geradores com controle de emissões (II); uso racional de energia elétrica (III); priorização de mão de obra local (IV); destinação ambientalmente adequada de resíduos (VII). ODS aplicáveis: ODS 7 (Energia Limpa), ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis), ODS 13 (Ação Climática).

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

- 11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras ou portal FAB <https://apl1.sti.fab.mil.br/epags/>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

13.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6. fraudar a licitação;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.3. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail joacarlosjcps@fab.mil.br, pelo fax (85) 3216 3071, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Av. Borges de Melo, nº 205, Seção de Licitações e Contratos.
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras ou portal FAB <https://apl1.sti.fab.mil.br/epags/>.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
 - 16.11.2. Anexo II - Termo de Referência;
 - 16.11.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;
 - 16.11.4. Anexo IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 16.11.5. Anexo V - Minuta de Termo de Contrato
 - ~~16.11.6. Anexo VI – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;~~
 - ~~16.11.7. Anexo VII – Termo de Ciência e concordância;~~
 - 16.11.8. Anexo VIII – Declaração de Vistoria.

Fortaleza, 28 de abril de 2025.

CONFECCIONADO:

NAGILA KININHA DIAS BARRSO 3S QSCON TAD
Auxiliar da Seção de Licitações e Contratos

CONFERIDO:

JORGE VICTOR HOLANDA LIMA 1º Ten Int
Chefe da Seção de Licitações e Contratos

APROVO:

SANDRO SADIQUE ADI Cel Av
Ordenador de Despesa

BASE AEREA DE FORTALEZA/MAER - CE

Estudo Técnico Preliminar 105/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 67221.009389/2026-72

2. Descrição da necessidade

2.1 A Base Aérea de Fortaleza (BAFZ), Organização Militar integrante do Comando da Aeronáutica (COMAER), é responsável pela execução de atividades administrativas e pela realização de solenidades e eventos institucionais voltados à preservação das tradições da Força Aérea Brasileira e ao fortalecimento de sua imagem institucional junto à sociedade.

Nos termos da **PORTARIA GABAER/GC3 Nº 1.081, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025**, são considerados eventos de natureza institucional, dentre outros, **a comemoração dos decênios de criação das Organizações Militares**. Nesse contexto, a Base Aérea de Fortaleza enquadra-se expressamente nessa previsão normativa, tendo em vista que **celebrará, no ano de 2026, o seu 90º aniversário de ativação**, marco histórico correspondente a **decênio institucional**, o qual autoriza a realização de solenidades e a aplicação de recursos públicos para esse fim.

Dessa forma, a comemoração dos 90 anos da BAFZ configura-se como evento institucional regularmente previsto na referida Portaria, legitimando a adoção das providências administrativas necessárias à sua realização, inclusive a contratação de empresa especializada para o fornecimento de estruturas, equipamentos e serviços de apoio, considerando que a Organização Militar não dispõe de meios próprios suficientes nem de pessoal técnico capacitado para atender integralmente às demandas do evento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Esquadrão de Comando	HERCULANO SARAIVA BASTOS CAP R1

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Considerando as necessidades da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza, a contratação pretendida deverá observar requisitos que assegurem a adequada relação entre custo e benefício, a economicidade e a qualidade dos serviços a serem prestados. Os requisitos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto encontram-se definidos de forma detalhada no Termo de Referência (TR), elaborado a partir das demandas institucionais e das características dos eventos a serem realizados.

4.2 Os serviços a serem contratados deverão ser executados com presteza, eficiência e qualidade, em conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como com as orientações da Administração, a serem formalmente transmitidas por meio da fiscalização contratual, inclusive em situações que exijam atendimento prioritário, prazos diferenciados ou caráter emergencial.

4.3 A prestação dos serviços deverá ocorrer nos horários definidos pela Administração, de acordo com as necessidades da Base Aérea de Fortaleza, podendo incluir períodos noturnos, finais de semana e feriados, em razão da natureza dos eventos institucionais a serem apoiados.

4.4 Os serviços deverão ser prestados nas datas previstas no Plano de Trabalho Anual da Base Aérea de Fortaleza, bem como em outras datas que venham a ser definidas pela Administração, desde que compatíveis com o planejamento institucional e com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.5 A execução do objeto pressupõe que todos os custos relacionados à logística necessária — tais como embalagem, seguro, transporte, carga e descarga dos materiais — estejam incluídos no preço contratado, de modo a não gerar ônus adicional à Administração.

4.6 Os bens e serviços fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, caso não apresentem conformidade com os requisitos definidos.

4.7 Considera-se pressuposto da contratação que os potenciais fornecedores tenham pleno conhecimento das especificações e condições do objeto, não sendo admissíveis alegações posteriores de desconhecimento quanto aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado teve por finalidade identificar as soluções disponíveis capazes de atender às necessidades da Base Aérea de Fortaleza para a realização de eventos institucionais, especialmente aqueles relacionados às comemorações do 90º aniversário de ativação da Organização Militar, bem como demais solenidades cívico-militares previstas no planejamento anual.

Para tanto, foram analisadas as alternativas praticadas no mercado e adotadas por órgãos e entidades da Administração Pública, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, com vistas à seleção da solução mais adequada ao interesse público.

5.1 Critérios Utilizados no Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado considerou, de forma integrada, os seguintes critérios:

5.1.1 Capacidade Técnica

Avaliação da qualidade, da adequação e da compatibilidade dos equipamentos e serviços ofertados pelos fornecedores, especialmente no que se refere à sonorização, iluminação, estruturas de palco, tendas, geradores, painéis de LED e demais itens indispensáveis à realização de eventos institucionais de médio e grande porte.

5.1.2 Experiência Prévia

Análise da experiência comprovada dos fornecedores na execução de eventos de natureza semelhante, notadamente aqueles que envolvem grande público e elevado grau de complexidade técnica, a exemplo de solenidades militares, formaturas, eventos comemorativos e atividades institucionais promovidas pelo Comando da Aeronáutica.

5.1.3 Disponibilidade Operacional

Verificação da capacidade operacional dos fornecedores para atendimento às datas e aos prazos estabelecidos no planejamento anual de eventos institucionais da Organização Militar.

5.1.4 Suporte Técnico e Manutenção

Análise da disponibilidade de suporte técnico durante a execução dos eventos, bem como da capacidade de resposta imediata para correção de eventuais falhas operacionais, de modo a garantir a continuidade e a segurança das atividades.

5.1.5 Aspectos Econômicos

Avaliação comparativa das soluções sob o ponto de vista econômico, considerando impactos financeiros diretos e indiretos, tais como custos de aquisição, manutenção, armazenamento, logística, atualização tecnológica e operação.

5.2 Análise das Soluções Disponíveis

5.2.1 Opção 1 – Contratação de Serviços Especializados

Descrição:

Contratação de empresa especializada para fornecimento integral da infraestrutura necessária à realização dos eventos institucionais, abrangendo, entre outros, serviços de sonorização, iluminação, estruturas de palco, tendas, geradores, painéis de LED, banheiros químicos, cadeiras e mesas.

Vantagens:

- Flexibilidade na adequação dos serviços às características específicas de cada evento;
- Disponibilidade de equipes técnicas qualificadas;
- Suporte técnico contínuo durante a realização das atividades;
- Ausência de necessidade de investimento em bens permanentes.

Desvantagens:

- Ocorrência de custos recorrentes conforme a realização dos eventos;

- Dependência da disponibilidade operacional do fornecedor;
- Necessidade de planejamento prévio para contratação.

5.2.2 Opção 2 – Aquisição de Equipamentos

Descrição:

Aquisição, pela Administração, dos equipamentos necessários à realização dos eventos institucionais, tais como sistemas de som, iluminação, tendas, geradores, painéis de LED, cadeiras e mesas.

Vantagens:

- Disponibilidade imediata dos equipamentos sob gestão da Administração;
- Redução de despesas recorrentes em longo prazo;

- **Desvantagens:**

- Elevado investimento inicial;
- Custos permanentes de manutenção, armazenamento e transporte;
- Risco de obsolescência tecnológica;
- Necessidade de pessoal técnico especializado.

5.3 Justificativa da Solução Escolhida

5.3.1 Justificativa Técnica

Após a análise comparativa das alternativas identificadas, a **contratação de serviços especializados** mostrou-se a solução tecnicamente mais adequada, por permitir maior flexibilidade operacional, atendimento simultâneo a diferentes tipos de eventos e execução por equipes com experiência comprovada, sem comprometer a rotina administrativa da Organização Militar.

5.3.2 Justificativa Econômica

Sob o aspecto econômico, a solução escolhida apresenta-se como a mais vantajosa, considerando:

- A inexistência de necessidade de investimento elevado em bens permanentes;
- A redução de custos com manutenção, armazenamento e atualização tecnológica;
- A melhor previsibilidade orçamentária, com despesas vinculadas apenas à efetiva realização dos eventos.

5.4 Conclusão

Diante do levantamento realizado, conclui-se que a contratação de serviços especializados atende de forma mais eficiente às necessidades da Base Aérea de Fortaleza, encontrando-se alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, previstos no **Lei nº 14.133/2021**, assegurando a adequada execução dos eventos institucionais, em especial aqueles relativos às comemorações do 90º aniversário de ativação da Organização Militar.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **fornecimento de sonorização, iluminação e infraestrutura necessária à realização de eventos institucionais da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza (GUARNAE-FZ)**, conforme as especificações técnicas e operacionais definidas no Termo de Referência.

6.2 Caberá à CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais de consumo indispensáveis à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a materiais de limpeza, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e demais insumos necessários, estando todos esses custos devidamente incorporados ao valor global da contratação, sem ônus adicional para a Administração.

6.3 Eventuais falhas, incompletudes ou inconformidades identificadas na execução dos serviços deverão ser corrigidas pela CONTRATADA no prazo máximo de **3 (três) horas**, contado a partir da notificação formal realizada pela fiscalização, de modo a não comprometer a continuidade e a qualidade dos eventos institucionais.

6.4 A contratação proposta configura-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, uma vez que elimina a necessidade de capacitação de pessoal próprio, aquisição de ferramentas, compra de insumos e manutenção de estrutura permanente. Destaca-se, ainda, que a contratação de empresa especializada apresenta-se como a solução **mais econômica, eficiente e operacionalmente adequada**, considerando a natureza eventual e variável dos eventos.

6.5 Dessa forma, a solução adotada fundamenta-se na melhor relação **custo-benefício**, atendendo plenamente às necessidades identificadas pela área requisitante e pelo integrante requisitante, assegurando eficiência na aplicação dos recursos públicos e conformidade com os princípios do planejamento, da economicidade e do interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Para a definição das quantidades estimadas a serem contratadas, foram observados critérios técnicos e objetivos, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021, tomando-se o cuidado de não estabelecer condições que pudessem comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame.

7.2 A Base Aérea de Fortaleza (BAFZ), no exercício de **2026**, realizará eventos institucionais de grande relevância, os quais demandam infraestrutura adequada de sonorização, iluminação e apoio logístico, de modo a garantir a segurança, a organização e a qualidade das solenidades. Destacam-se, entre esses eventos, aqueles de maior porte e complexidade, tais como:

- a) **Comemorações dos 90 anos da Base Aérea de Fortaleza;**
- b) **Solenidade de Inauguração do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA Fortaleza (ITA-FZ);**
- c) **Semana da Asa;**
- d) Outras solenidades, formaturas e eventos institucionais ao longo do ano.

7.3 Como base principal para a estimativa das quantidades a serem contratadas, foi utilizado o **histórico recente de evento realizado pela própria Base Aérea de Fortaleza**, notadamente a **Solenidade em comemoração aos 120 anos de nascimento do Marechal do Ar Casimiro Montenegro**, que contemplou **formatura militar e concerto institucional**, possuindo características, porte e complexidade semelhantes aos eventos previstos para 2026.

7.4 O referido evento demandou a contratação de infraestrutura completa para atendimento ao público presente, às autoridades civis e militares, bem como às necessidades técnicas da cerimônia e do concerto, servindo como parâmetro concreto e aderente à realidade operacional da BAFZ para a definição dos quantitativos estimados.

7.5 Com base na análise do evento dos **120 anos do Marechal do Ar Casimiro Montenegro**, foram identificadas necessidades compatíveis com a realização de eventos de médio a grande porte, envolvendo, de forma exemplificativa:

- **Sonorização:** Equipamentos adequados para cobertura de área externa e interna, garantindo clareza sonora para cerimônia militar e apresentação musical;
- **Iluminação:** Sistema de iluminação cênica e funcional, compatível com eventos noturnos e apresentações artísticas;
- **Palco:** Estrutura compatível com formatura e concerto, atendendo aos requisitos de segurança e visibilidade;
- **Tendas:** Estruturas de apoio para autoridades, público e áreas técnicas;
- **Geradores:** Fornecimento de energia elétrica independente, assegurando a continuidade do evento;
- **Painel de LED:** Apoio visual às apresentações e à solenidade;
- **Banheiros químicos:** Atendimento adequado ao público estimado;
- **Cadeiras e mesas plásticas:** Suporte às áreas de autoridades, convidados e apoio logístico.

7.6 A metodologia adotada para o cálculo das quantidades estimadas considerou:

- O **quantitativo efetivamente utilizado** no evento comemorativo dos 120 anos do Marechal do Ar Casimiro Montenegro;
- A **similaridade de porte e complexidade** entre aquele evento e os previstos para 2026, especialmente os **90 anos da BAFZ** e a **inauguração do ITA-FZ**;
- A possibilidade de **adequações proporcionais**, considerando variações de público, duração e formato das solenidades;
- A experiência operacional acumulada pela própria Base Aérea de Fortaleza na realização de eventos institucionais.

7.7 Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas fundamenta-se em **dados reais e históricos da própria Organização Militar**, conferindo maior precisão ao planejamento da contratação, reduzindo riscos de superdimensionamento ou subdimensionamento e assegurando a eficiência, a economicidade e a aderência às necessidades institucionais da Base Aérea de Fortaleza.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 551.216,00

8.1 Após o levantamento dos preços unitários referenciais, realizado por meio de pesquisa no Portal de Compras do Governo Federal, **adotando-se como critério de estimativa a mediana dos preços praticados**, foi estimado o valor total de **R\$ 551.216,00 (quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais)** para a presente contratação, conforme detalhamento que constará no Termo de Referência, elaborado com base nas quantidades estimadas, nas especificações técnicas e nas condições de execução dos serviços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Justificativa para Não Parcelamento do Objeto

A contratação será realizada **em lote único**, em caráter **excepcional**, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, em razão da **interdependência técnica, operacional e funcional** entre os serviços que compõem o objeto.

Os itens a serem contratados — tais como sonorização, iluminação, estruturas de palco, painéis de LED, geradores, tendas, cadeiras, mesas e demais equipamentos de apoio — **não se configuram como serviços autônomos**, mas como **partes integrantes de uma única solução operacional**, cuja execução demanda **planejamento integrado, compatibilidade técnica entre os equipamentos, sincronização das equipes e responsabilidade unificada pela montagem, operação e desmontagem**.

A contratação de fornecedores distintos para cada item poderia comprometer:

- a **compatibilidade técnica** entre os sistemas de som, iluminação e painéis de LED, que devem operar de forma sincronizada;
- a **padronização dos equipamentos**, indispensável à segurança, estabilidade elétrica e qualidade audiovisual dos eventos;
- a **garantia da prestação do serviço como um todo**, especialmente quanto à definição de responsabilidades em caso de falhas técnicas;
- a **coordenação operacional**, uma vez que os eventos institucionais demandam atuação simultânea e contínua durante sua realização.

Além disso, a fragmentação do objeto acarretaria elevado risco de **sobreposição de responsabilidades**, dificuldades na fiscalização contratual e maior probabilidade de interrupções na execução dos eventos, o que é incompatível com solenidades militares e institucionais que exigem elevado grau de confiabilidade, precisão e continuidade operacional.

Ressalta-se que a contratação em lote único **não restringe a competitividade**, uma vez que o mercado dispõe de empresas especializadas capazes de fornecer a solução integrada, conforme demonstrado no levantamento de mercado, preservando-se, assim, o caráter competitivo do certame.

Dessa forma, diante da **inviabilidade técnica e operacional do parcelamento**, da necessidade de **padronização, compatibilidade e comando único**, bem como da busca pela **eficiência, segurança e economicidade**, a opção pela contratação não parcelada mostra-se **mais vantajosa para a Administração**, atendendo aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Após análise das necessidades para a realização dos eventos institucionais da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza, conclui-se que **não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes** para o pleno atendimento do objeto pretendido, uma vez que a solução definida contempla, de forma integrada e suficiente, todos os serviços de sonorização, iluminação e infraestrutura necessários à execução dos eventos.

Ressalta-se que eventuais serviços complementares de natureza distinta, caso venham a ser demandados, não possuem caráter de interdependência técnica ou operacional com o objeto desta contratação, podendo ser atendidos por meios próprios ou por contratações específicas, sem prejuízo à execução do contrato principal.

14.3 Considerando os potenciais riscos ao meio ambiente e à saúde pública decorrentes da utilização de equipamentos e insumos, a Contratada deverá observar integralmente:

- a) a **Lei nº 12.305/2010** – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b) o **Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022**;
- c) as **Normas Técnicas Brasileiras (NBR)** publicadas pela ABNT;
- d) as normas e regulamentações expedidas pelo **INMETRO**;
- e) a legislação ambiental e sanitária vigente.

14.4 Todos os resíduos, embalagens, restos de materiais, sobras, entulhos, componentes substituídos, cabos, óleos, graxas e demais rejeitos deverão ser descartados em conformidade com as diretrizes do Contratante e com a legislação ambiental aplicável, sendo vedado qualquer descarte irregular.

14.5 A Contratada deverá, ainda, estabelecer, em comum acordo com o Contratante, procedimentos e rotinas voltados ao **uso racional de recursos, à eficiência energética dos equipamentos utilizados e à redução de impactos ambientais**, promovendo a melhoria contínua de seus processos.

14.6 Sem prejuízo das exigências mínimas estabelecidas, será facultado à Contratada apresentar soluções e procedimentos ambientalmente mais eficientes ou inovadores, desde que compatíveis com o objeto contratado e aprovados pela fiscalização, com vistas ao aprimoramento das práticas de sustentabilidade ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação pretendida mostra-se tecnicamente, economicamente, operacionalmente e juridicamente viável, uma vez que o mercado dispõe de empresas especializadas capazes de atender, de forma integrada, às necessidades de sonorização, iluminação e infraestrutura para os eventos institucionais da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza, sem demandar investimentos em aquisição, manutenção ou capacitação de pessoal. A solução adotada apresenta o melhor custo-benefício para a Administração, assegura previsibilidade orçamentária, flexibilidade operacional e conformidade com o Plano Anual de Contratações da BAFZ e o Programa de Trabalho Anual (PTA 2026), além de contemplar medidas adequadas de gerenciamento de riscos, atendendo plenamente aos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO DE ASSIS CUNHA DE SOUSA

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP
Data/Hora de Criação:	30/01/2026 12:49:32
Páginas do Documento:	7
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	8
Hash MD5:	090de4d7bb627220ed88a7a76a91b750
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial FRANCISCO DE ASSIS CUNHA DE SOUSA no dia 30/01/2026 às 10:11:32 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Soldado 1a. Classe JUDÁ FEITOSA DUARTE no dia 30/01/2026 às 10:15:11 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DIEYGLA MAISA AZEVEDO DE OLIVEIRA no dia 30/01/2026 às 10:21:27 no horário oficial de Brasília.

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	120014-BASE AEREA DE FORTALEZA/MAER - CE	FRANCISCO DE ASSIS CUNHA DE SOUSA	04/03/2026 09:19 (v 0.20)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	74/2026	67221.009389/2026-72

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de fornecimento de sonorização, iluminação, palco, tenda, gerador, painel de LED, banheiros químicos e cadeiras, destinados à realização das atividades e eventos institucionais alusivos à comemoração dos 90 (noventa) anos de criação da Base Aérea de Fortaleza, no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza (GUARNAE-FZ).

LOTE 01						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE DIÁRIA DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO GRANDE, COMPOSTO POR 01 CONSOLE DIGITAL 56 CANAIS MODELO SOUNDCRAFT VII; PA COM 02 RACKS DE 03 AMPLIFICADORES CROWN MODELOS XTI 6002, XTI 6002 E XTI 2002 CADA; 08 SUBS DUPLOS OVS-218SB E 12 LINES LS AUDIO MODELO E1; SISTEMA DE MONITOR COMPOSTO 01 CONSOLE DIGITAL DE 40 CANAIS MODELO MIDAS M32, 06 CAIXAS JBL PRX-715, 01 POWER PLAY PHONIC COM 16 HEADPHONES AKG K414, 01 HARTKE SYSTEM BASS, AMPLIFICADOR MARSHALL MG101FX PARA GUITARRA, 01 AMPLIFICADOR FENDER FRONTMAN , 04 MICROFONES SEM FIO SHURE BLX4R, 08 MICS CONDENSER AUDIO TECHNICA AT 2021; 10 MICS SHURE SM57; 15 MICS SHURE SM58; KIT MIC DRUMS AUDIO TECHNICA MB DK7; MICROFONES, PEDESTAIS E CABOS SUFICIENTES PARA LIGAÇÃO DE ATE 56 CANAIS.20 (UNIDADES) DE MICROFONES CONDENSADORES DE ALTA	13757	UND	5	20.000,00	100.000,00

	APROXIMADO DE 3/8 POLEGADAS, DOIS PÉS MACHO E FÊMEA, COR ALUMÍNIO.					
7	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE DIÁRIA DE PALCO MEDINDO 12M LARGURA X 10M DE PROFUNDIDADE X 1,50M ALTURA. CONFECCIONADO EM ESTRUTURA TUBULAR INDUSTRIAL. PISO REVESTIDO EM COMPENSADO NAVAL DE 18MM DE ESPESSURA, SEM RESSALTOS OU EMENDAS E TOTALMENTE REVESTIDO EM CARPETE PRETO, ANTICHAMAS. DEVERÁ TER 01 ESCADAS DE ACESSO EM MATERIAL ANTIDERRAPANTE, COM CORRIMÃO, COM LARGURA MÍNIMA DE 1,20M (CONFORME PROJETO BÁSICO DO EVENTO). COBERTURA DO TIPO DUAS ÁGUAS, EM ESTRUTURA DE TIPO BOX TRUSS Q30 E REVESTIDO EM LONA VINÍLICA DO TIPO BLACK OUT, ANTICHAMA E ANTIFUNGOS, DEVIDAMENTE COMPROVADO POR LAUDO DE FLAMABILIDADE. EM CONFORMIDADES COM EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO CBM-CE. A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR PREVIAMENTE TODO O PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA ANÁLISE E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSUIR ART DEVIDAMENTE REGISTRADA JUNTO AO CREA. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS COMO: SINALIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, EXTINTORES E ATERRAMENTOS ADEQUADOS AOS RISCOS DO PALCO DE ACORDO COM O SOLICITADO PELO CBM-CE	24376	UND	4	23.273,00	93.092,00
8	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE DIÁRIA DE GERADOR 180KVA ESTABILIZADO E SILENCIOSO E ENTREGA DE PONTO ROBOT COM ATÉ 100 METROS DE CABOS PP DE 75MM (MÍNIMO DE 10 HORAS DE FUNCIONAMENTO) COM OPERADOR E A DISPOSIÇÃO UM DIA ANTES DO EVENTO PARA REALIZAÇÃO DE TESTE.	21679	UND	6	7.239,50	43.437,00
9	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE DIÁRIA DE CADEIRA TIPO TIFFANY, COM ENCOSTO NAS COSTAS E ASSENTO, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, ACABAMENTO NA COR BRANCA, ADEQUADA PARA USO EM EVENTOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUPORTE DE ATÉ 120 KG, INCLUINDO ENTREGA, MONTAGEM, ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO E RETIRADA APÓS O USO.	20460	UND	200	157,72	31.544,00
10	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE DIÁRIA DE CADEIRAS BRANCAS EM POLIPROPILENO, SEM BRAÇOS, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 120KG,	20460	UND	1000	36,48	36.480,00

CONFORME NORMA NBR14.776/2001, REVESTIDAS COM CAPAS EM TECIDO BRANCO					
TOTAL					551.215,00

TOTAL

1.1.1. Estimativa de Consumo Individualizada

Órgão Gerenciador: Base Aérea de Fortaleza – UASG 120014

Item	Unidade	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
Conforme tabela acima	Conforme especificado	Conforme demanda do evento	Conforme planejamento anual	Conforme tabela

(Não há órgãos participantes.)

1.2. Os serviços são classificados como **serviços comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos.

1.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Justificativa para a Contratação por Lote Único

1.5.1. A opção pela **contratação por Lote Único** justifica-se pela **natureza integrada e interdependente** dos serviços a serem prestados, os quais compreendem o fornecimento e a operação de sistemas de **sonorização, iluminação, palco, tendas, geradores, painéis de LED, banheiros químicos, grades de contenção e cadeiras**, necessários à realização dos eventos institucionais comemorativos dos **90 (noventa) anos de criação da Base Aérea de Fortaleza**.

1.5.2. Os serviços demandam **compatibilidade técnica, sincronização operacional e responsabilidade unificada**, especialmente no que se refere à montagem, testes, operação simultânea e desmontagem dos equipamentos, sendo tecnicamente inviável e operacionalmente arriscada a execução de forma fracionada entre múltiplos fornecedores.

1.5.3. A contratação por lote único **reduz riscos de incompatibilidade entre sistemas**, minimiza falhas de comunicação, evita sobreposição de responsabilidades e assegura **maior eficiência na gestão contratual**, com um único ponto de contato e responsabilização integral pela execução do objeto.

1.5.4. A adoção do lote único contribui para a **mitigação de riscos operacionais**, conforme previsto na **Matriz de Riscos**, ao concentrar na contratada a responsabilidade pela coordenação técnica e logística dos serviços, sem transferência indevida de riscos à Administração.

1.5.5. A medida está em consonância com os princípios da **eficiência, economicidade, planejamento e interesse público**, previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, não implicando restrição indevida à competitividade, haja vista a existência de fornecedores aptos a executar integralmente o objeto contratado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos respectivos quantitativos, encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)**, os quais constituem apêndice integrante deste Termo de Referência, em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

2.2. Os Estudos Técnicos Preliminares foram elaborados com o objetivo de demonstrar a necessidade da contratação, a solução mais adequada para atendimento da demanda administrativa e a compatibilidade do objeto com o planejamento institucional, observando os princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público.

2.3. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual (PCA)** ou em instrumento equivalente de planejamento institucional, conforme as informações básicas constantes deste Termo de Referência, atendendo ao disposto no inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Em atenção ao disposto no **art. 1º e seu parágrafo único do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022**, com as alterações introduzidas pelo **Decreto nº 11.137, de 1º de janeiro de 2023**, registra-se que, no âmbito dos Comandos Militares, a elaboração formal do Plano de Contratações Anual no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) é dispensável, sem prejuízo da observância obrigatória do princípio do planejamento.

2.5. Nesse contexto, o objeto da presente contratação encontra-se contemplado no **Planejamento Anual de Aquisições e Contratações (PAAC)** da Força Aérea Brasileira (FAB), referente ao exercício de **2026**, disponível no portal institucional da FAB, ou em instrumento interno de planejamento equivalente, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela **Lei nº 14.133/2021**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento, instalação, montagem, operação, manutenção e desmontagem de estrutura completa para eventos, compreendendo sonorização, iluminação, palco, tenda, gerador de energia, painel de LED, banheiros químicos e cadeiras, destinados à realização das atividades e eventos institucionais alusivos à comemoração dos 90 (noventa) anos de criação da Base Aérea de Fortaleza, no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza (GUARNAE-FZ).

3.2. A solução deverá contemplar todas as etapas do ciclo de vida do objeto, incluindo:

a) **Planejamento e logística:** transporte dos equipamentos, definição de layout, compatibilização com o espaço físico disponível e observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis;

b) **Montagem e instalação:** execução da montagem das estruturas e equipamentos por profissionais habilitados, com fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários ao pleno funcionamento;

c) **Operação e suporte técnico:** disponibilização de equipe técnica durante a realização dos eventos, garantindo o adequado funcionamento dos sistemas de som, iluminação, energia e demais estruturas;

d) **Manutenção e contingência:** adoção de medidas preventivas e corretivas, inclusive com equipamentos de backup, de modo a assegurar a continuidade dos serviços sem prejuízo à programação;

e) **Desmontagem e desmobilização:** retirada completa das estruturas e equipamentos, com restauração das condições originais do local e destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados.

3.3. A contratação deverá observar critérios de qualidade, segurança, sustentabilidade e eficiência, garantindo infraestrutura adequada à magnitude do evento comemorativo, preservando a imagem institucional da Organização Militar e assegurando conforto e segurança ao público participante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, a execução dos serviços deverá observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, no **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**, e na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, adotando-se, entre outras, as seguintes práticas sustentáveis:

I – utilização de equipamentos e sistemas que proporcionem **baixo impacto ambiental**, reduzindo emissões de ruído, consumo excessivo de energia e geração de resíduos;

II – **preferência por equipamentos com maior eficiência energética**, especialmente sistemas de iluminação em LED e geradores com controle de consumo e emissões;

III – adoção de soluções técnicas que promovam **uso racional de energia elétrica**, inclusive com planejamento adequado de carga e dimensionamento correto dos geradores;

IV – priorização, sempre que possível, de **mão de obra local** para montagem, operação e desmontagem das estruturas;

V – utilização de equipamentos com **maior vida útil, confiabilidade e menor necessidade de manutenção**, reduzindo desperdícios e substituições desnecessárias;

VI – emprego de **tecnologias e inovações** que minimizem impactos ambientais durante a execução dos serviços;

VII – destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.2. Subcontratação

Não será admitida a **subcontratação** do objeto contratual, devendo todos os serviços de sonorização, palco, painel de LED, iluminação e fornecimento de gerador de energia ser executados diretamente pela empresa contratada.

A vedação justifica-se pela natureza integrada e simultânea dos serviços, cujo fracionamento comprometeria a segurança, a compatibilidade técnica e a responsabilização contratual.

4.3. Garantia da Contratação

Não será exigida **garantia da contratação**, nos termos dos **arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, conforme justificativa constante do **Estudo Técnico Preliminar**, considerando a natureza do objeto e os riscos envolvidos.

4.4. Vistoria Técnica

A **visoria prévia** ao local de execução dos serviços é recomendável para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto, especialmente quanto aos pontos de energia, áreas de montagem de palco, posicionamento de equipamentos de sonorização, iluminação, painel de LED e instalação de geradores.

Parágrafo único. Será assegurado aos interessados o direito de realizar a vistoria, acompanhados por servidor designado para esse fim, de **segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 16h**, mediante agendamento prévio.

4.5. Agendamento da Vistoria

Serão disponibilizadas **datas e horários alternativos** aos interessados que desejarem realizar a vistoria técnica, de modo a assegurar ampla competitividade ao certame.

4.6. Identificação para Vistoria

Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de:

- II – documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Declaração de Dispensa de Vistoria

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar **declaração formal**, assinada por seu responsável técnico, atestando o **pleno conhecimento das condições e peculiaridades** relacionadas à execução do objeto.

4.8. Responsabilidade do Contratado

A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como fundamento para posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dificuldades técnicas, dúvidas ou omissões quanto às condições do local de execução dos serviços, devendo o contratado assumir integralmente os ônus decorrentes da execução do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. Dinâmica de Execução

5.1.1. A execução do objeto ocorrerá nas **datas e horários previstos no cronograma de eventos**, a partir da emissão da **Ordem de Serviço**, no período compreendido entre os meses de **setembro e dezembro de 2026**, conforme demanda da Administração.

5.1.2. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às **especificações técnicas**, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

5.1.3. Os serviços observarão o cronograma de eventos definido pela **CONTRATANTE**, compreendendo, no mínimo, as seguintes etapas:

5.1.3.1. Reunião de alinhamento entre as partes envolvidas para definição da forma de execução dos serviços, a ser realizada com antecedência mínima de **até 10 (dez) dias** da data do evento;

5.1.3.2. Reconhecimento técnico do local da prestação dos serviços pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 3 (três) dias do evento;

5.1.3.3. Montagem e instalação de toda a infraestrutura e dos equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo palco, sistemas de sonorização, iluminação, painel de LED e gerador de energia, com antecedência de **até 2 (dois) dias** do evento;

5.1.3.4. Testes operacionais e verificações técnicas, a serem realizados pela **CONTRATANTE**, tais como passagem de som, testes de iluminação, funcionamento do painel de LED, avaliação da estabilidade das estruturas e demais itens pertinentes, com antecedência de **até 1 (um) dia** do evento;

5.1.3.5. Início da execução dos serviços no primeiro dia do evento, conforme cronograma estabelecido;

5.1.3.6. Correção de eventuais óbices ou ajustes apontados pela **CONTRATANTE**, caso existentes, a serem sanados pela **CONTRATADA** em prazo não superior a **2 (duas) horas** antes do início de evento subsequente;

5.1.3.7. Desmontagem e retirada de todos os equipamentos e estruturas utilizadas, a ser concluída em até 1 (um) dia após o término do evento.

5.1.4. Os serviços deverão contemplar o fornecimento de **todos os materiais, equipamentos, insumos, mão de obra especializada, peças, acessórios, transporte, montagem, operação, suporte técnico e ajustes necessários**, garantindo o pleno funcionamento de toda a infraestrutura requerida para a realização dos eventos.

5.2. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2.1. Os serviços serão prestados no município de **Fortaleza/CE**, em locais e horários a serem definidos pela Administração, conforme a natureza e o cronograma de cada evento institucional.

5.3. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.3.1. O dimensionamento da presente contratação decorre da necessidade administrativa de assegurar a adequada realização de eventos institucionais promovidos pela Base Aérea de Fortaleza, destinados ao público interno e externo, em conformidade com o interesse público e com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os da eficiência, planejamento e economicidade.

5.3.2. Os eventos a serem atendidos incluem apresentações musicais e solenidades de caráter oficial, a exemplo das apresentações da Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira, composta por aproximadamente 60 (sessenta) músicos, as quais demandam infraestrutura técnica compatível com seu porte e complexidade, compreendendo, dentre outros, palco, sistema de sonorização profissional, iluminação cênica, painel de LED e fornecimento de energia elétrica adequada.

5.3.3. Como parâmetro objetivo para o dimensionamento ora proposto, registra-se a realização de formatura institucional na Base Aérea de Fortaleza em comemoração ao Marechal do Ar Casimiro Montenegro Filho, ocasião em que se fez necessária a utilização integral dos recursos técnicos supramencionados, evidenciando a compatibilidade do escopo com a demanda efetivamente verificada pela Administração.

5.3.4. Ademais, destaca-se a realização de concerto comemorativo no Teatro José de Alencar, com público estimado de aproximadamente 800 (oitocentos) convidados, o que reforça a necessidade de contratação de infraestrutura técnica adequada a eventos de grande porte, garantindo a segurança, a qualidade da execução e a plena consecução do objeto, nos termos do art. 18, inciso I, e art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. GARANTIA DO SERVIÇO

5.4.1. O prazo de garantia dos serviços prestados será aquele previsto na **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)**, aplicável no que couber, contado a partir da efetiva execução e aceitação dos serviços pela Administração.

5.5. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.5.1. Não serão necessários procedimentos específicos de transição ou finalização contratual, em razão da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços pontuais, sob demanda, e sem transferência de conhecimento, tecnologia ou continuidade operacional.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Disposições Gerais

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro das circunstâncias por **apostilamento**, quando cabível.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas **por escrito**, sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se a utilização de **meios eletrônicos** para esse fim.

6.4. A Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à execução do objeto.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar a contratada para **reunião inicial**, destinada à apresentação do plano de fiscalização, que contemplará, entre outros aspectos, as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, as estratégias de execução do objeto, o plano complementar de execução da contratada, quando houver, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis.

6.2. Preposto

6.6. A contratada deverá designar formalmente **preposto** antes do início da execução dos serviços, indicando seus poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A contratada deverá manter **preposto presente no local de execução** durante todo o período de realização dos serviços, apto a prestar esclarecimentos e adotar providências imediatas.

6.8. A Administração poderá **recusar, de forma motivada**, a indicação ou a permanência do preposto, devendo a contratada proceder à imediata substituição.

6.3. Fiscalização do Contrato

6.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **fiscal(is) do contrato**, ou por seus respectivos substitutos, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**.

6.4. Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução dos serviços, verificando o cumprimento de todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o **art. 22 do Decreto nº 11.246/2022**.

6.11. O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, indicando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades identificadas.

6.12. Constatada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá **notificação formal** à contratada, fixando prazo para a devida correção.

6.13. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandem decisões ou providências que extrapolem sua competência.

6.14. Em ocorrências que possam comprometer ou inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas, o fiscal técnico deverá comunicar o fato **imediatamente** ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, com vistas à eventual prorrogação ou adoção das providências cabíveis.

6.5. Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo acompanhará a **manutenção das condições de habilitação da contratada**, bem como os procedimentos relacionados ao empenho, liquidação e pagamento, glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando, quando necessário, documentos comprobatórios pertinentes, nos termos do **art. 23 do Decreto nº 11.246/2022**.

6.17. Em caso de descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente para a solução do problema, reportando ao gestor do contrato quando a situação ultrapassar sua competência.

6.18. Configura infração administrativa, nos termos da legislação vigente, o descumprimento, por ação ou omissão, das obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato.

6.19. O descumprimento contratual poderá ensejar a aplicação de **sanções administrativas**, mediante instauração de **Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI)**, conforme procedimentos e critérios de dosimetria previstos na **Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023**, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 de novembro de 2023.

6.6. Gestor do Contrato

6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo o histórico de gerenciamento com todos os registros formais da execução contratual, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações, elaborando relatórios para verificação da adequação do contrato aos objetivos da Administração.

6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros efetuados pelos fiscais, adotando ou submetendo à autoridade competente as medidas necessárias nos casos que ultrapassem sua competência.

6.22. Compete ao gestor do contrato acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais óbices à regular liquidação da despesa.

6.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, com registro do desempenho da contratada e de eventuais penalidades aplicadas, para fins de atesto.

6.26. O gestor do contrato encaminhará ao setor competente toda a documentação necessária à **liquidação e ao pagamento**, com base nos valores apurados pela fiscalização e nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio de **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, anexo a este Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a **retenção ou glosa no pagamento**, de forma proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

- I – não produziu os resultados acordados;
- II – deixou de executar, ou executou com qualidade inferior à mínima exigida, as atividades contratadas;
- III – deixou de utilizar materiais, equipamentos ou recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou os utilizou em quantidade ou qualidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços.

7.3. Para fins de pagamento, a execução contratual será aferida, entre outros, pelos seguintes critérios:

- I – disponibilização de profissionais qualificados e em quantitativo compatível com os serviços contratados;
- II – execução dos serviços conforme determinado pela fiscalização e previsto no escopo do objeto;
- III – controle da assiduidade e pontualidade do pessoal empregado;
- IV – substituição imediata de empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço;
- V – cumprimento das disposições do Edital e de seus Anexos, ainda que não expressamente previstas neste instrumento, após reincidência formalmente notificada;
- VI – execução dos serviços em conformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos;
- VII – indicação e manutenção dos prepostos durante toda a execução contratual;
- VIII – fornecimento e utilização de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** necessários à execução dos serviços.

7.4. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.4. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de até **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante **Termos Detalhados**, após verificação do cumprimento das exigências técnicas e administrativas, nos termos do **art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021**, e dos **arts. 22, inciso X, e 23, inciso X, do Decreto nº 11.246/2022**.

7.5. O prazo acima será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança encaminhada pela contratada, acompanhada da comprovação da efetiva prestação dos serviços.

7.6. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório sob o aspecto técnico, mediante termo detalhado.

7.7. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório sob o aspecto administrativo, mediante termo detalhado.

7.8. O fiscal setorial, quando houver, realizará o recebimento provisório sob os aspectos técnico e administrativo.

7.9. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico apurará os resultados da execução e o desempenho da contratada, podendo resultar em redimensionamento dos valores a serem pagos, mediante relatório encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Considerar-se-á ocorrido o recebimento provisório com a entrega do último termo detalhado, quando houver mais de um.

7.9.2. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios ou incorreções, ficando a fiscalização impedida de atestar a última ou única medição até a regularização integral das pendências.

7.9.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de solicitação do Contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.9.4. Na hipótese de atraso ou de não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada com base na última variação conhecida, procedendo-se à liquidação da diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para o reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para o reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou, por qualquer forma, não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, aquele(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do valor remanescente do contrato, mediante celebração de termo aditivo.

7.9.8. O reajuste será formalizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o licitante ou o contratado ficará sujeito à responsabilização administrativa pelas seguintes infrações, no âmbito da contratação de serviços de fornecimento de sonorização, iluminação, palco, tenda, gerador, painel de LED, banheiros químicos e cadeiras, destinados à realização das atividades e eventos institucionais alusivos à comemoração dos 90 (noventa) anos de criação da Base Aérea de Fortaleza, no âmbito da GUARNAE-FZ:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 dependerá da instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa escrita e especificação das provas que o interessado pretenda produzir.

8.5. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no edital e no contrato.

8.5.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em multa compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

8.6. A dosimetria da multa, em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, observará os critérios estabelecidos na Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, bem como demais normativos aplicáveis no âmbito do Comando da Aeronáutica.

8.7. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos termos da legislação vigente

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário

Exigências de habilitação

9.4. Previamente, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.6. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

9.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.32. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação em licitação/contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.33. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

9.34.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 06 (seis) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 551.216,00** (quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais), conforme os custos unitários constantes da tabela de estimativa de preços.

10.2. A estimativa de custos considerou os riscos envolvidos na contratação e sua adequada alocação entre Contratante e Contratada, conforme disposto na Matriz de Riscos, parte integrante do Contrato.

10.3. Os preços contratados poderão ser reajustados, respeitada a periodicidade anual e o índice definido para a contratação, nos termos da legislação vigente.

10.4. Os preços poderão ser repactuados, quando cabível, mediante solicitação do interessado, observados os critérios e condições estabelecidos no instrumento convocatório e no contrato.

10.5. A dotação orçamentária necessária à execução da presente contratação será descentralizada, em conformidade com o disposto no art. 5º da Portaria GABAER/GC3 nº 1.081, de 13 de novembro de 2025, observadas as normas orçamentárias e financeiras aplicáveis.

10.6. Nos termos da Portaria GABAER/GC3 nº 1.081, de 13 de novembro de 2025, são considerados de natureza institucional os eventos realizados no âmbito da Força Aérea Brasileira, incluindo, conforme disposto em seu art. 2º, inciso V, as comemorações dos decênios de criação de Organização Militar (OM).

10.7. Dessa forma, a comemoração dos **90 (noventa) anos da Base Aérea de Fortaleza** enquadra-se como evento de natureza institucional, legitimando a adoção das medidas administrativas necessárias à sua adequada organização, planejamento e execução, em conformidade com a legislação vigente.

10.8. A demanda objeto da presente contratação encontra-se **prevista no Programa de Trabalho Anual (PTA) da Base Aérea de Fortaleza – PTA 2026**, atendendo ao planejamento institucional e às diretrizes administrativas estabelecidas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Orçamento Geral da União, **destinados exclusivamente à Base Aérea de Fortaleza (BAFZ)**, estando a dotação orçamentária prevista no PTA 2026 da BAFZ e sendo descentralizada à Unidade, em conformidade com o art. 5º da Portaria GABAER/GC3 nº 1.081, de 13 de novembro de 2025, observadas as classificações de Gestão/Unidade, Fonte de Recursos, Programa de Trabalho, Elemento de Despesa e Plano Interno correspondentes, sendo a contratação compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ficando sua formalização condicionada à prévia emissão da competente Nota de Empenho e à efetiva disponibilidade orçamentária.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência possuem caráter **ostensivo**, nos termos da legislação vigente.
- 12.2. A participação no procedimento de contratação implica plena ciência e aceitação, por parte do interessado, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.
- 12.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas pertinentes à matéria.
- 12.4. Este Termo de Referência integra o processo administrativo correspondente e servirá de base para a formalização da contratação.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 30 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao Contrato/Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração. 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº14.133/2021; 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor; 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

5.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.6. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.7. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.7.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.7.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.7.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.8.3. Indenizações e multas.

5.9. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.10. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO DE ASSIS CUNHA DE SOUSA

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FORTALEZA

ANEXO
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9006/2026

1. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: _____

CNPJ Nº: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: _____

2. REPRESENTANTE LEGAL:

NOME COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

WHATSAPP: _____

3. PREÇO GLOBAL DO CONTRATO:

O Preço da Proposta para 12 (doze) meses é de: _____

(*) Incluir obrigatoriamente o valor total global do ITEM/GRUPO/LOTE da proposta no *Comprasnet*, pois será considerado para efeito de classificação e aceitabilidade.

4. DADOS GERAIS BANCÁRIOS

VALIDADE DA PROPOSTA: ____/____/____

BANCO: _____

AGÊNCIA: _____

CONTA CORRENTE: _____

(Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação)

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	QUAN. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1							
2							
3							
4							
5							
6							
.....							
Total Geral da Aquisição							

Declaramos que esta proposta de preço apresenta-se completa, computando todos os custos necessários para atendimento do objeto desta licitação.

Fortaleza, _____, de _____ de 20____

Assinatura do Emissor



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FORTALEZA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° /BAFZ/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 90006/BAFZ/2026

A União, por intermédio da Base Aérea de Fortaleza, com sede na Av. Borges de Melo, 205 - Aeroporto, CEP 60.415-513 - Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o n° 00.394.429/0010-00, neste ato representada pelo Ordenador de Despesa, Cel Av SANDRO SADIQUE ADI, nomeado pela Portaria BAFZ n° 137/ACI, de 28 de outubro de 2025, publicado no Boletim Ostensivo n° 213, de 12 de novembro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS n° 90006/2026, publicada no DOU N° xx, de xx/xx/2026, processo administrativo n.º 67221.009389/2026-72**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de serviços de fornecimento de sonorização, iluminação, palco, tenda, gerador, painel de LED, banheiros químicos e cadeiras, destinados à realização das atividades e eventos institucionais alusivos à comemoração dos 90 (noventa) anos de criação da Base Aérea de Fortaleza, no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza (GUARNAE-FZ), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao edital de Licitação, n° 90006/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO: CEP:

CONTATOS: E-mail:

REPRESENTANTE: CPF:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Und	Qnt	Valor Unitário	Valor Total

TOTAL	
--------------	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo aos autos do processo.

3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

4.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.3. Em consonância com o disposto no Parecer nº 075/2024/DECOR/ CGU/AGU, de 28/01/2024, da Advocacia-Geral da União, expedido dos autos do Processo nº 71000.062490/2024-61, na hipótese de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, haverá a renovação integral do quantitativo originalmente registrado em Ata.

4.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

- 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
 - 4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

- 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
- 6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada,

decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em formato digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Fortaleza, datado eletronicamente.

BAFZ

SANDRO SADIQUE ADI Cel Av
Ordenador de Despesa

PELA CONTRATADA

Representante da empresa

TESTEMUNHAS

ANTONIO BYRON MENEZES DA SILVA Cap Int
Agente de Controle Interno

Fiscal da ATA

Fiscal Substituto da ATA

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FORTALEZA**

(Processo Administrativo nº 67221.009389/2026-72)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
____/BAFZ/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A União, por intermédio da Base Aérea de Fortaleza, com sede na Av. Borges de Melo, 205 - Aeroporto, CEP 60.415-513 - Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.429/0010-00, neste ato representado pelo Ordenador de Despesa, Coronel Aviador SANDRO SADIQUE ADI, nomeado pela Portaria BAFZ nº 137/ACI, de 28 de outubro de 2025, publicado no Boletim Ostensivo nº 213, de 12 de novembro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 67221.009389/2026-72, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços de fornecimento de sonorização, iluminação, palco, tenda, gerador, painel de LED, banheiros químicos e cadeiras, destinados à realização das atividades e eventos institucionais alusivos à comemoração dos 90 (noventa) anos de criação da Base Aérea de Fortaleza, no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Fortaleza (GUARNAE-FZ), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada ;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGP.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.3.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.4. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório-

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...].

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no

respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza-CE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Fortaleza, datado eletronicamente.

SANDRO SADIQUE ADI Cel Av
Ordenador de Despesa

TESTEMUNHAS

ANTONIO BYRON MENEZES DA SILVA Cap Int
Agente de Controle Interno

Gestor Executivo do Contrato

Fiscal Técnico e Gestor Executivo Substituto do Contrato



ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Em atenção ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº **90006/BAFZ/ 2026**, atesto que:

O responsável legal da empresa _____ (nome da empresa), CNPJ nº _____, Endereço _____, Fone (____) ____-____, efetuou nesta data a visita técnica ao local do serviço, prevista no Pregão em epígrafe, bem como conferiu todas as informações existentes, necessárias e complementares ao esclarecimento da execução do objeto e que a visita técnica foi acompanhada por mim, representante do _____.
_____.

A visita realizada pelo responsável técnico significa que a licitante assume integral responsabilidade por eventuais erros e omissões no preenchimento de sua proposta de preços e ainda, que está de pleno acordo com as exigências técnicas estabelecidas no Edital de licitação e seus anexos.

Cidade, ____de _____de 2026.

▪
NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA

▪
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA BAFZ



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL PREGAO 90006.2026 COM ANEXOS
Data/Hora de Criação:	28/04/2026 19:03:51
Páginas do Documento:	76
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	77
Hash MD5:	5966e69d8883aa5d21ea183a96286f8d
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento NÁGILA KININHA DIAS BARROSO no dia 29/04/2026 às 15:02:24 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JORGE VICTOR HOLANDA LIMA no dia 29/04/2026 às 15:13:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento RAQUEL ALEGRE CRUZ DE SOUZA LUZ no dia 05/05/2026 às 15:48:16 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap ANTONIO BYRON MENEZES DA SILVA no dia 06/05/2026 às 09:29:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO SADIQUE ADI no dia 07/05/2026 às 12:10:15 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO